



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

---

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO**

**NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES**

**TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

| <b>CPI - GRUPOS DE EXTERMÍNIO NO NORDESTE</b> |                          |                        |
|---|--------------------------|------------------------|
| <b>EVENTO:</b> Audiência Pública              | <b>N°:</b> 1732/03       | <b>DATA:</b> 21/10/03  |
| <b>INÍCIO:</b> 14h40min                       | <b>TÉRMINO:</b> 16h48min | <b>DURAÇÃO:</b> 2h8min |
| <b>TEMPO DE GRAVAÇÃO:</b> 2h8min              | <b>PÁGINAS:</b> 35       | <b>QUARTOS:</b> 26     |

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

**FREI ANASTÁCIO - Deputado Estadual do Estado da Paraíba.**

**SUMÁRIO:** Tomada de depoimento.

**OBSERVAÇÕES**

**Há oradores não identificados.  
Há expressões ininteligíveis.**



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Thadeu) - Havendo *quorum* regimental, declaro abertos os trabalhos da 6ª reunião desta Comissão. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 5ª reunião a todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Solicito que a ata não seja lida, Sr. Presidente, a dispensa da leitura da ata.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Geraldo Thadeu) - Dispensada, então, a leitura da ata, a pedido do Deputado Luiz Couto. (*Pausa.*) Em discussão a ata. Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*) Aprovada. Expediente. A fim de distribuir cópias da síntese das correspondências recebidas pela CPI, as quais se encontram à disposição dos senhores membros para análise na Secretaria da Comissão, passamos à Ordem do Dia. Audiência pública com os convidados Frei Anastácio, Deputado Estadual da Paraíba, e Dr. Marinho Mendes Machado, Promotor de Justiça do Estado da Paraíba. Quero informar que o Promotor Marinho Mendes Machado não pôde comparecer à presente reunião por problemas de saúde e justificou sua ausência. Esta audiência pública decorre da aprovação do Requerimento nº 1, do Deputado Luiz Couto, aprovado no último dia 8 de outubro. Convido o Deputado Estadual Frei Anastácio para tomar assento à mesa. (*Pausa.*) Os Deputados que quiserem fazer uso da palavra devem se inscrever junto à Secretaria da Comissão. Vou passar a palavra ao Deputado Frei Anastácio e, em seguida, aos Deputados inscritos para formularem as suas perguntas. Tem a palavra V.Exa.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, membros desta Comissão, desta CPI que investiga o crime organizado no Nordeste. Venho, ao longo dos meus 30 anos de luta em defesa dos trabalhadores, denunciando fatos que venham a trazer mudanças para a realidade de vida dos oprimidos da Paraíba. E só agora, depois de tanto tempo, é que começo a ver os resultados positivos aparecerem. Para mim, estar aqui prestando depoimento a esta CPI é motivo de grande satisfação. É certeza de que o eco de minhas denúncias e as do Deputado Luiz Couto chegaram aos ouvidos de alguém que acredita na verdade. Digo isso, Deputado Luiz Couto, porque, até bem pouco tempo atrás, as autoridades da Paraíba, em vez de agirem para apurar



as nossas denúncias do crime organizado, faziam era zombar de nossa atuação. Diziam que nós estávamos fazendo denúncias para ocuparmos espaço na mídia. E conseguimos, porque éramos bem assessorados. Essas palavras saíram da boca do Secretário de Segurança, do Comandante da Polícia Militar e de outras autoridades. Mas quero dizer que não foi do Secretário atual, no caso, Noaldo Alves. E agora, Deputado Luiz Couto, depois de muitos assassinatos covardes, as autoridades da Paraíba começam a acenar com alguma ação. Mas isso só começou a aparecer depois de muito derramamento de sangue. Nos últimos 2 meses, Srs. Deputados, em 2 bairros de João Pessoa, chamados Cristo Redentor e Rangel, 10 pessoas foram assassinadas por grupos que chegam a invadir casas e matam. O último foi o líder comunitário conhecido naqueles 2 bairros por Naldinho. Aquele rapaz, 4 dias antes de sua morte, ligou para uma emissora de rádio da Capital paraibana dizendo que estava sendo ameaçado de morte. Com certeza, os Poderes Públicos não deram ouvido e não vinham dando ouvidos àquela voz, de um rapaz pobre que lutava pelos humildes de sua comunidade. Mataram Naldinho, assim como tantos outros, de maneira rápida, covarde e cruel. Os grupos de extermínio também estão instalados no campo, em nosso Estado. Para se ter uma idéia da gravidade dos fatos, senhores membros desta Comissão, na Paraíba, hoje, 64 pessoas, entre trabalhadores e trabalhadoras do campo, agentes de pastorais e Deputados, estão ameaçadas de morte. E isso está acontecendo sabem por quê? Por causa da impunidade que impera por este País afora. Na Paraíba, nos últimos 20 anos, 23 trabalhadores rurais foram assassinados. Sabem quantos estão presos? Apenas 1. O caso da líder sindical Margarida Maria Alves, que ficou conhecida em praticamente todo o mundo, é um clássico exemplo da impunidade em nosso Estado. Em agosto deste ano, nós realizamos um dia de atividade para lembrar os 20 anos da morte de Margarida Maria Alves e para lamentar a prescrição do processo. Hoje não existem mais culpados pela morte daquela mulher guerreira. Passaram-se 20 anos, e nada foi apurado. Mas enquanto não se prendem nem se condenam agressores, matadores de trabalhadores nem mandantes, os humildes sofrem os rigores da lei. Hoje, em nossa Paraíba, existem quase 100 trabalhadores rurais condenados pela Justiça simplesmente por lutarem por terra para trabalhar. Além dos trabalhadores, existem pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra, ao MST e também este que vos



fala, todos condenados pela Justiça. Quer dizer, os criminosos que matam, seqüestram trabalhadores, destroem plantações, colocam pessoas em cárceres privados, não vão para a cadeia, mas os que lutam pela dignidade humana são atingidos. E esses que matam no campo fazem parte de grupos, de milícias particulares armadas, ou seja, crime organizado. Estou deixando para esta Comissão o nome de todos os trabalhadores ameaçados de morte, como também o nome de pessoas que estão fazendo as ameaças, quer dizer, eu aqui trago um relatório sigiloso, que entregarei a esta Comissão, que lá coloco os nomes dos ameaçados, como também daqueles que ameaçam. Não vou citar o nome de ninguém aqui, na minha fala, mas no relatório está bem detalhado; este, de trinta e poucas páginas. Na Paraíba também existe venda de armas no campo e na cidade, que pode estar ligada ao crime organizado. Existem denúncias de que na Fazenda de São José, no Município de Jacaraú, é praticada a venda de armas e drogas. Foi o dono daquela fazenda que, no dia 15 de setembro do ano passado, queimou 19 barracas, matou animais e feriu 2 pessoas a tiro. Eu, naquele dia, mobilizei a polícia. E aquele homem e seus capangas foram presos com rifles, revólveres, espingardas 12 e muita munição. Dois dias depois todos estavam soltos. Em maio deste ano, o mesmo proprietário e sua milícia armada matou 1 trabalhador e feriu outros 12, que faziam mutirão para colher milho no roçado com ordem judicial. Nem o principal acusado, tampouco os capangas foram presos. Enquanto isso, 8 trabalhadores da Fazenda Mendonça estão presos há mais de 1 ano acusados de um crime que tem como única testemunha a vítima, que é um policial civil, capanga, que depois da CPI da Violência do Campo — a qual eu presidi em 2001; e vou encaminhar esse relatório, não deu para trazer hoje, mas vou encaminhar a esta Comissão —, além de ser acusado de agredir os trabalhadores, destruir plantações, manter pessoas em cárceres privados, torturar menores e comandar as milícias armadas, esse policial é um dos que ameaça me matar, o Deputado Luiz Couto e vários trabalhadores. Ele está solto, e os 8 trabalhadores estão morrendo na cadeia, apesar de muitos pedidos de *habeas corpus*. Tudo isso, Srs. Deputados, faz parte da ação organizada no campo. Esses grupos são tão organizados que conseguiram matar 1 trabalhador há 1 ano e 4 meses e até agora a polícia não conseguiu descobrir nada, nem mesmo a Polícia Federal conseguiu pistas. O crime foi contra o trabalhador Almir Muniz da Silva. Ele



voltava da cidade de Itabaiana, dirigindo o seu trator, quando foi raptado e morto por ser uma liderança dos trabalhadores. O trator foi encontrado dias depois na cidade de Itambé, em Pernambuco, onde o crime organizado impera. Eu já ajudei... eu ajudei a resgatar o veículo, que estava banhado de lama para encobrir as impressões digitais, 5 dias depois do desaparecimento de Almir. E esse mesmo policial, que ameaça matar a mim e a Luiz Couto, havia prometido matar Almir. Ele chegou a dizer para alguns trabalhadores que Almir não passaria o mês de julho de 2002 vivo. Esses são apenas alguns dos exemplos da ação dos grupos organizados no campo em nosso Estado. E nesses grupos, segundo denúncias levantadas pela CPI da Violência no Campo, presidida por mim na Assembléia Legislativa da Paraíba, existem policiais civis e militares, além de seguranças particulares e proprietários de terra. No relatório, que estou deixando nesta CPI, está o nome de todos os ameaçados. Quero repetir: no relatório tem o nome de todos. Eu também estou deixando para esta CPI um relatório do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que mostra a ação dos grupos organizados em várias áreas de conflito na Paraíba. Também não vou citar nomes aqui, mas o relatório traz tudo com detalhe sobre a ação de grupos armados em 9 áreas. São homens encapuzados e bem armados que chegam a promover tiroteio, matam, agredem e queimam barracas. Eles usam até fuzis com carimbos do Governo brasileiro. Neste relatório, que estou deixando, tem fotos e os relatos sobre o caso que aconteceu na Fazenda Olho D'Água, no Município de Mari, que fica a menos de 200 quilômetros de João Pessoa. Lá, numa das investidas dos homens encapuzados, o tiroteio durou cerca de 30 minutos. Foi fogo cerrado, igual a uma guerra. E isso, Srs. Deputados, com toda essa estrutura, não se pode ter outra coisa senão o crime organizado. Os crimes vão desde assassinato, tentativa de invasão de barracas, tiroteio intenso e espancamento. E ainda quero deixar para esta CPI um relatório sobre a venda de armas e de drogas no Mercado Central de João Pessoa. É o que há de mais novo, que foi do dia 8 deste mês para cá. Através de denúncias que recebi de feirantes antigos daquele mercado, que fica no centro da Capital paraibana, nós levantamos dados importantes. Segundo as denúncias, além da venda de maconha, cocaína, psicotrópicos, existe ali venda de armas. O mais grave é que essas armas, segundo as denúncias, vêm das mãos de ex-policiais da Polícia Rodoviária. Não vou citar o nome do ex-patrolheiro aqui. É preciso



investigar para que as denúncias sejam apuradas. Mas no relatório sigiloso tem esses nomes. Mas estou deixando o relatório com esta CPI, que contém todos os dados detalhados. Eu estou fazendo isso porque essas armas e essas drogas podem estar dentro do esquema dos grupos do crime organizado. O dinheiro apurado com essa venda pode estar sendo usado para financiar as atividades criminosas. Na Paraíba, como o Deputado Luiz Couto sabe muito bem, até há uma tabela de preço do sindicato do crime: para matar um jornalista, é cobrada a taxa de 10 mil reais; a cabeça de um religioso custa 30 mil reais; a de um político, 50 mil reais; de um empresário, 60 mil reais; de um Vereador, 10 mil reais; de um Prefeito, 50 mil reais; de um sindicalista, 15 mil reais; de um jornalista, 20 mil reais; de um dedo-duro, apenas mil reais. Tem preço para todos, e ninguém escapa. Só há poucos dias o Deputado Luiz Couto, eu vi, entendeu o porquê dos meus seguranças terem pedido para deixar o trabalho. Eu tinha segurança, cedido pela Assembléia Legislativa da Paraíba, que me acompanhava há mais de 5 meses, e ele solicitou sair porque ele tinha bastante informação. E a partir das informações que ele tinha, ele estava sendo ameaçado. Esse segurança, hoje, ele está sendo uma peça-chave, um elemento-chave no fornecimento de informações quanto ao crime organizado na Paraíba. Na realidade, com certeza ele sabia desse preço; baixo para um segurança bem informado, que deve ter a mesma consideração de um dedo-duro. Eu também estou deixando informações sobre pessoas suspeitas que fazem parte do grupo do crime organizado em algumas cidades do Vale do Mamanguape. Em algumas cidades existem atitudes muito suspeitas de delegados que sugerem as vítimas de grande assalto até a compra dos cheques que foram roubados. E isso é muito estranho. Estou deixando o relatório com depoimentos de pessoas sobre isso. Denúncias sobre possível ligação do crime... de donos de postos com o crime organizado. Para nossa surpresa, no dia 21 do mês de julho de 2003, recebemos pelos Correios e Telégrafos um relatório anônimo com o nome de uma rede de postos que pode estar lavando o dinheiro na Paraíba, na região do Vale do Mamanguape. Eu estou aqui... eu não vou dizer aqui o nome da pessoa que estaria comandando essa lavagem de dinheiro por se tratar de sujeito considerado perigoso, mas vou deixar cópia do relatório para esta Comissão. É o Anexo II. Hoje tomei conhecimento pela imprensa — cheguei aqui ontem — de que essas pessoas estão nos jornais de João Pessoa hoje,



onde foi pedida a quebra do sigilo bancário pela CPI dos Combustíveis aqui da Câmara. Então, os nomes já são públicos, já estão se cruzando, quando eu entrego aqui sigilosamente. Mas, Srs. Deputados, este homem denunciado ficou rico em apenas seis meses. Ele era um lavador de carros e, agora, possui muitas carretas, mansões, carros zeros, chegando a esnoabar a população ao transportar sacos de cimento dentro do carro. Aliás, saco de dinheiro dentro do carro. Segundo relatório que recebi, essa pessoa também possui muitos bens, dele, em nome de laranjas. Essa pessoa denunciada também é vista, constantemente, depositando bastante dinheiro nos bancos abertamente. O relatório apresenta ainda nome de outras pessoas que, de uma hora para outra, enriqueceram no Vale do Mamanguape. O Vale do Mamanguape, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ficou famoso em todo o Brasil, depois que a polícia encontrou um túnel com 84 metros de comprimento e 7 de profundidade, usado para esconder carros e caminhões de cargas roubadas em maio deste ano. Ainda no outro domingo, estive nesse local, onde a Justiça já mandou destruir esse túnel. E no relatório que estou deixando para esta Comissão estão até os números das placas de alguns caminhões e carretas deste homem, que comanda uma rede de postos de combustível. Esse Vale do Mamanguape, Srs. Deputados, está sendo hoje chamado de Vale do Terror. Lá existe roubo de carga, assalto, roubo de carga, tráfico de carga e agora essa denúncia de possível lavagem de dinheiro de postos de combustível. Outra denúncia: existe ainda outra pessoa na cidade de Mamanguape que é um simples motorista de um posto de combustível, mas possui duas carretas, carros e casas. O nome dele vou entregar em relatório à parte. Nesse mesmo relatório, vou deixar informações sobre a ação de policiais que podem estar fazendo parte do grupo de extermínio na mesma cidade. Para finalizar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero falar um pouco das ameaças de morte contra a minha pessoa. Essas ameaças começaram a surgir a partir do momento em que, na condição de Presidente da CPI que investigou a violência no campo da Paraíba, começou-se a identificar a presença de policiais nas ações do campo. Ficou claro e tipificaram-se todos os crimes cometidos por policiais civis e militares e por milícias privadas ao se concluir o relatório da CPI no caso. Nós denunciemos os trabalhadores, e estes conseguiram apreender armas do Governo do Estado, usadas por capangas, policiais nas ações de violência. A partir daí, as ameaças



contra a minha pessoa se acirraram. E, nos últimos dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fui abordado por pessoas com atitude incriminadora, dentro de meu próprio gabinete, na Assembléia Legislativa. Ou eram pistoleiros ou pessoas que vieram fazer o reconhecimento do espaço de trabalho. É tanto que até mesmo os Deputados da base de sustentação do Governo do Estado se indignaram na semana passada, e a Assembléia Legislativa fará, na próxima quinta-feira, às 15 horas, uma sessão sigilosa com os 36 Deputados, porque há também denúncia contra os outros Deputados até mesmo da base de sustentação do Governo do Estado. Nos últimos dias, fui abordado... Ou eram pistoleiros, ou eram pessoas que foram fazer o reconhecimento do meu espaço de trabalho. E uma dessas pessoas, mesmo depois de sair do meu gabinete, ficou me observando dentro do próprio plenário da Assembléia Legislativa quando eu presidi uma sessão de entrega de título de cidadão paraibano ao Padre José Comblin, no último dia 14. E essa ousadia não é de se estranhar. Um dos meus seguranças, muito bem informado, chegou a me mostrar pistoleiros rondando a Assembléia Legislativa na Praça dos Três Poderes, na Capital. Mas, como eles estavam lá fora, sentados como cidadão de bem, não pudemos fazer nada. Não havia um flagrante, um motivo concreto para a prisão desses homens. Quero finalizar dizendo que estou confiante de que esta CPI vai conseguir, através das investigações, mostrar às autoridades paraibanas que lá existe o crime organizado, sim. Só não se vê isso, Deputados, quem não está sofrendo na pele o que estamos passando. Quero dizer, ainda, que estou pronto para contribuir com os trabalhos da CPI, e não vou recuar um milímetro do trabalho que venho realizando no meu Estado. Também peço a esta CPI que investigue as denúncias do assassinato de 16 menores no Município de Boqueirão. Segundo as denúncias, esses menores foram assassinados nos últimos 3 anos e as mortes podem estar ligadas ao crime organizado em relação às drogas. Vou deixar, também, para esta CPI, algumas informações sigilosas sobre a morte de Manoel Flávio, aliás, de Flávio, assassinado na cidade de Pedras de Fogo, depois de ter prestado depoimento a representantes da ONU sobre os grupos de extermínio. E me coloco à disposição dos senhores, membros desta Comissão, para os devidos esclarecimentos. Aqui quero deixar o jornal do último domingo, o jornal *Correio da Paraíba*, jornal *O Norte*, os quais mostram como as armas são vendidas no sertão da Paraíba em cima



dos paus-de-arara e nas feiras livres, segundo pesquisa feita por jornais, a qual deixo aqui para subsidiar os Srs. Deputados. E aqui eu passo, e quero dizer que vou encaminhar tanto o relatório da CPI da violência no campo, como também o relatório da CPI dos Combustíveis de que fui Relator. Espero que esses dias tenham chegado. Quero passar aqui, e solicito que dê... Sr. Presidente....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Com a palavra o Deputado João Alfredo.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO** - Sr. Presidente, Sr. Relator, meu caro Deputado Frei Anastácio, permita-me, inicialmente, levar minha solidariedade ao companheiro. Tenho acompanhado, já acompanhava o trabalho do Deputado Luiz Couto, que sabemos que vinha enfrentando essas questões do crime organizado, da pistolagem no Estado da Paraíba. E sabemos agora que V.Exa. dá seqüência a esse trabalho na Assembléia Legislativa, colocando em risco, como o companheiro Luiz Couto, a sua própria vida. Acho importante, evidentemente, que a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba dê todas as condições para que V.Exa. possa ter uma segurança à altura, vamos dizer, do desafio a que V.Exa. se propôs nesse combate, uma vez que V.Exa. acaba chegando a esses dados a partir de uma outra militância, vamos dizer, ligada a nossa história que é a militância dos movimentos sociais do campo. Todos sabemos desse compromisso e de tudo que V.Exa. também já sofreu e enfrentou por conta dessas lutas. Mas queria — na verdade, sei que V.Exa. tem cuidado ao apresentar os nomes de forma sigilosa, até para que possa esta CPI fazer a devida apuração —, mas queria perguntar a V.Exa, diante de todos esses fatos gravíssimos, relatados por V.Exa, da morte dos menores, da morte de trabalhadores rurais no campo, de roubo de cargas, de quase uma impunidade que existe com relação a tudo isso, do envolvimento de policiais com esses grupos, qual tem sido, ao longo desse tempo, desde que o Deputado Luiz Couto se decidiu a fazer esse enfrentamento, V.Exa, e evidentemente todos os militantes das entidades de direitos humanos da Paraíba, das entidades ligadas à questão do campo, como a CPT, a postura do Governo do Estado da Paraíba, desde o Governador Cássio Cunha Lima, passando pelo Secretário da Segurança, e chegando, evidentemente, aos Comandos da Polícia Militar e da Polícia Civil. Se, efetivamente, tem sido feita uma apuração



rigorosa desses fatos; se, efetivamente, os policiais envolvidos têm sido afastados ou continuam na ativa; se, efetivamente, houve algum trabalho de desbaratamento de toda essa quadrilha que V.Exa aqui denuncia. Porque sabemos que o crime existe em qualquer parte do Brasil e do mundo, não é novidade alguma. Quer dizer, o que nos chama atenção, pelo depoimento de V.Exa, é a ousadia daqueles que estão à frente do crime na Paraíba e uma impunidade que me parece existir. Mas queria que V.Exa., de alguma forma, relatasse essa questão. E, evidentemente, como V.Exa não relatou, eu queria que fosse relatada a posição do Governo do Estado. Digo isso, me permita mais um pouco, Sr. Presidente, porque à época em que fui Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do meu Estado, no Ceará, levantamos o envolvimento de policiais com uma série de crimes, desde a tortura, passando pela extorsão, até a associação mesmo com o crime organizado. E conseguimos, num processo de mobilização de denúncia, que alguns desses efetivamente fossem devidamente afastados. E fossem abertos os procedimentos de natureza administrativa. Porque num caso como esse sabemos que há um procedimento de natureza administrativa, com base no Estatuto do Servidor Público, através do chamado inquérito administrativo, e há um procedimento de natureza criminal. Este, portanto, correndo no âmbito da Justiça, do próprio Poder Judiciário. Então, queria que V.Exa. pudesse nos relatar em detalhes, evidentemente, não os crimes que V.Exa falou, e não os nomes que eu sei que V.Exa se resguarda com relação a isso, até por questões de segurança, qual tem sido a ação ou a omissão do Governo do Estado em todos esse níveis que falei na apuração de todos os episódios já relatados aqui por V.Exa. Depois, gostaria de... a tréplica.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Deputado João Alfredo, quanto à ação do Governo do Estado deixa muito a desejar. Na Paraíba, já estive o Ministro Nilmário Miranda, já estive uma comissão de alto nível do Ministério da Justiça com Perli Cipriano, Ministério Público Federal, em audiência com o Governo do Estado, discutindo essas questões. Temos tido a preocupação de que na Paraíba seja criada uma força-tarefa. E o Governo do Estado se comprometeu, desde abril deste ano, em maio, e ainda não foi criada essa força-tarefa. É importante salientar isso. E quanto ao afastamento de policiais, vamos dizer, o Sérgio de Souza Azevedo, um capanga assim reconhecido,



com “n” inquiridos, principalmente com atuação no campo, ele com um grupo, não é ele só, mas todo um grupo de milícia privada que ele comanda e que junto ao MST e à CPT tem feito desgraças mesmo, espancamentos, cárcere privado. Esse policial foi afastado pelo Governo do Estado — isso é o que eu conheço — e a Justiça o reintegrou, como a Maria, aquela Maria ligada ao... Maria Rodrigues, ligada ao traficante Fernandinho Beira-Mar, que é da Paraíba, estava presa no Rio há muito tempo, voltou e a Justiça reintegrou-a como delegada. Só que está em um trabalho mais burocrático lá, isso é o que nos dizem. Mas o Sérgio de Souza Azevedo é visto, nas áreas do agreste do litoral, agindo. Eu entreguei... as coisas mais recentes. Eu vou colocar fatos mais recentes. No dia 8 deste mês, eu entreguei, aliás, em maio, no dia 20 de maio, eu entreguei um relatório sigiloso ao Secretário de Segurança para apurar o crime organizado no Vale do Mamanguape, lá onde houve... esse túnel foi encontrado. O que acontece é que vazaram. O delegado que presidiu o inquérito, as informações, os nomes vazaram na imprensa, através de um araque da polícia que levou. O Governo do Estado encobriu, quando a coisa entrou na mídia, o Governo do Estado encobriu e eu disse que não entregaria mais nada ao Secretário de Segurança. No dia 8...

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO** - Como é o nome do Secretário de Segurança?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Noaldo Alves. No dia 8 deste mês, eu formulei uma denúncia, que está aqui, sobre o Mercado Central: roubo de cheques, tráfico de drogas, barracas com prostituição, onde crianças são... Há lá relações por um real, roubo de celulares, aquele conto da Cinderela. Então, levei à Polícia Federal, não entreguei ao Secretário. Isso eu entreguei no dia 8, a imprensa divulgou no dia 9. Quando foi no dia 9, o Secretário de Segurança prendeu quatro, entre eles, 3 policiais, todos os quatro estavam na lista dos nomes que entreguei à Polícia Federal. No dia... Quinta-feira última, eu entreguei um novo relatório e dessa vez eu entreguei ao Secretário, e sobre caça-níqueis. Sexta-feira, foram presos, foram recolhidos 19 caça-níqueis na grande João Pessoa e no Mercado Central, a partir da denúncia que fiz, e o Secretário de Segurança prendeu 16 envolvidos. Então, essa é a realidade. Depois que a gente está também batendo, batendo no Governo do Estado, porque esse é o grande problema. Não se criou na Paraíba, não se vai combater o crime organizado, tráfico de drogas,



roubo de cargas sem que haja uma força-tarefa. Agora mesmo eu falava com o delegado da Polícia Federal que está aqui, lá está o caos, o caso de Pedras de Fogo do Flávio. Quer dizer, a Polícia Federal entrou, a Secretaria de Segurança entrou, mas a Polícia Federal não tem nenhuma autorização daqui também. É preciso que haja por parte daqui de Brasília que determine o delegado para acompanhar o inquérito lá. E eu trouxe novos nomes, como já entreguei à Polícia Federal, nomes de pessoas que precisam ser investigadas. Nesse relatório está quanto ao assassinato do Flávio, depois que prestou depoimento àquela representante da ONU.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO** - Deputado Frei Anastácio, o Ministério Público estadual tem colaborado nessas apurações, tem acompanhado esses procedimentos, esses inquéritos, tem tido uma posição de independência em todos esses momentos?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - O Ministério Público da Paraíba fez um excelente trabalho, tanto em cima do relatório da CPI da Violência no Campo como da CPI dos Combustíveis, pediu a quebra de sigilo bancário, sigilo fiscal, e a Justiça da Paraíba negou. Graças a Deus aqui agora foi pedido e vão investigar. Mas o Ministério Público da Paraíba fez um bom trabalho e entregou à CPI dos Combustíveis muitas informações boas e apurações.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO** - V.Exa. acha importante que haja uma força-tarefa, vamos dizer, de fora do Estado, por quê? Porque V.Exa. não enxerga determinação, vontade política, disposição do Governo do Estado em fazer essas apurações?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Eu sinto que não haja, por parte do Governo do Estado, e, como há muito envolvimento, tanto da Polícia Militar como da Polícia Civil, então, é necessário que a Polícia Federal, que o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal entre a Receita Federal para uma força-tarefa apurar.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO** - Sr. Presidente, posso aqui fazer alguns requerimentos verbais em função dessas questões levantadas no depoimento do... Na verdade, é muito simples. Acho que é uma situação extremamente grave, acho que seria importante, se o Sr. Presidente e o Sr. Relator aceitarem, primeiro, evidentemente que esta CPI é oficial ao Governador do Estado, ao Secretário de Segurança Pública e



ao Procurador ou Procuradora da Justiça, chefe do Ministério Público Estadual, as informações sobre todos esses procedimentos. Não sei se isso já foi feito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Deputado João Alfredo, gostaria de, em comum acordo com V.Exa., amanhã vai haver reunião para apreciação de requerimentos. Em virtude de ser uma CPI que se trata de um trabalho com mais cuidado, gostaria de solicitar a V.Exa. que enviasse os requerimentos para que a gente pudesse apreciá-los na sessão de amanhã.

**O SR. DEPUTADO JOÃO ALFREDO** - Apreciá-los amanhã. Mas também acho importante até uma ligação de V.Exa. para o Presidente da Assembléia do Estado e para a Polícia Federal no sentido da questão da proteção do nosso Deputado Estadual Frei Anastácio. Acho que essa é uma medida que não pode esperar uma deliberação da CPI. Está claro, muito claro, pelo relato que ele fez, inclusive antes de vir para cá houve uma visita, vamos dizer assim, ao seu gabinete, acho que há uma situação de risco de vida e acho que seria importante que esta CPI — e V.Exa. pode tomar essa posição — que oficiasse à Polícia Federal e à Assembléia Legislativa da Paraíba, solicitando a proteção à vida do nosso companheiro Deputado Frei Anastácio. Acho que isso seria uma coisa mais emergencial. E as outras questões evidentemente que eu levantaria amanhã, inclusive reforçando até a própria compreensão do Deputado Frei Anastácio da necessidade de uma força-tarefa para fazer esse tipo de apuração, porque, pelo que o nosso depoente falou, não há uma determinação do Governo, há uma certa omissão. Não digo omissão completa porque aqui e acolá algumas ações foram tomadas no âmbito da Polícia, mas pelo que foi relatado ainda resta, vamos dizer, uma parte muito grande da Polícia Civil e Militar envolvida e na questão, e até, vamos dizer, por parte do próprio Judiciário, que tem sido, vamos dizer, ao invés de ajudar na punição, tem revertido em favor. Mas essas questões nós vamos apresentar como requerimento. A minha preocupação hoje maior, mais emergencial, por isso que faço esse apelo a V.Exa., é com a segurança e a vida do nosso companheiro Deputado Frei Anastácio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Deputado João Alfredo, a sugestão de V.Exa. é oportuna. E esta Presidência acolhe a sugestão de V.Exa. Vamos de imediato providenciar expediente às autoridades de competência, lá na Paraíba, no



que se refere à Assembléia ou até a própria Polícia Federal. Eu acho que se o Deputado... Todos nós achamos que se o Deputado está sendo ameaçado, tem que existir um acompanhamento da própria Polícia Federal até no desembarque do Deputado, porque se trata, na verdade, do crime organizado, e nos deixa muito preocupados, porque a gente sabe, Deputado João, que a maioria, não precisa ser muito inteligente. A maioria desses crimes a gente está acompanhando e estamos vendo que existem policiais, na verdade o bandido armado. É um perigo muito grande. Nós vamos acolher a sugestão de V.Exa. e enviar expediente às autoridades do Estado da Paraíba.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem V.Exa. a palavra.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Para esclarecer, Deputado João Alfredo, para questão de Justiça, a Assembléia Legislativa ela já, na gestão passada, no ano passado, ela me deu segurança. E, nos últimos 2 meses, o Governo do Estado, eu solicitei pessoalmente a ele, e eu pude apresentar os nomes e eu tenho segurança conseguida pelo Governo do Estado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Eu ouvi V.Exa. dizer que o segurança tinha saído em função do problema e eu fiquei preocupado.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Mas foi da Assembléia, da Assembléia. E na última quinta-feira, até a ida do Ministro da Previdência João Pessoa, me encontrei com o Governador neste ato e ele novamente se prontificou de me dar toda a segurança de que eu necessitava. Então, neste caso, como também aqui, a Polícia Federal já foi encaminhado um expediente, para que a Polícia Federal mantivesse a nossa segurança, se tratando de mim. Então, não dá para...O Governo tem dado a segurança.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, a alegria de ter a presença do Deputado Frei Anastácio, companheiro de luta, de muito tempo, e quem vem como Parlamentar, como cidadão, como sacerdote colaborar com esta CPI, para que nós possamos, efetivamente, desvendar a ação das milícias privadas e dos grupos de extermínio, principalmente na região do Nordeste,



embora nós hoje vejamos que esta situação se alastra por todo o País. Mas como o requerimento tinha um objetivo, e os dados que nós tínhamos eram sobre o Nordeste, vamos esperar que o próprio Poder Legislativo possa ampliar essa investigação no sentido de que nós enfrentemos de vez a questão da ação dos grupos de extermínio no nosso País, uma vez que a própria relatora da ONU aqui esteve e ficou abismada e indignada com o que viu, e as repercussões da sua vinda aqui, com a morte, inclusive, de duas testemunhas que prestaram depoimento e que foram barbaramente assassinadas. Mas eu queria também manifestar a minha solidariedade ao companheiro Frei Anastácio, porque, na sua lua, hoje é como diz a imprensa da Paraíba, ou seja, é marcado para morrer, porque começa a desbaratar com informações que tem, com denúncias que tem recebido, e as pessoas têm procurado, eles não têm a coragem de dizer, porque sabem que são ameaçadas, mas procuram o Parlamentar para prestar informações que o mesmo procura investigar e apurar. Mas Deputado Frei Anastácio, parece que a história dos grupos de extermínio na Paraíba não é de hoje. Nós verificamos que já na Paraíba, já nos anos 80, já aparecia a figura do Mão Branca, que era um grupo que agia lá em Campina Grande e que era o grupo de exterminadores. Depois, na região do Brejo apareceu o Esquadrão da Morte, e a característica da maior parte desse grupo era constituída de policiais militares e civis. Parece que é uma características. Também nas milícias privadas, esse perfil também das milícias privadas que atuam no campo é uma primeira característica. Depois, o Sérgio de Azevedo, ele parece que tem um irmão, que tem, a informação é que ele tem um irmão que já foi policial, que foi expulso da corporação e que hoje tem um grupo que ele é contratado não apenas para matar a liderança sindicais, também daqueles que estão lutando pelos sem-teto também. No caso, aqueles que estão na cidade na luta pelo teto, pela casa e também do campo. E seria o irmão de nome Eudes. Se V.Exa. tem alguma informação sobre essa ação. Veja que tivemos na Paraíba um grupo que nos anos 60, 64, a figura do grupo que era conhecido, e aí era eliminação mesmo de lideranças políticas e sindicais, que era o grupo da Várzea, e várias pessoas foram assassinadas, algumas delas sequer encontraram com Pedro Fazendeiro, Nego Fumo, que até hoje procuram seus corpos e não foram encontrados. A UDR também, que tinha essa ação também na Paraíba, e milícias privadas que hoje fala do campo,



matadores de aluguel, pistoleiros, parece ser uma prática muito forte no nosso Estado. V.Exa. fala de 23 trabalhadores que foram assassinados, que há 64 pessoas ameaçadas de morte. Eu gostaria que V.Exa. pudesse melhor destacar. Ou seja, essas 64 pessoas são trabalhadores rurais, são lideranças de movimento popular, são lideranças políticas, são defensores do direito humano? Seria importante destacar um pouco melhor essa questão das pessoas que estão ameaçadas de morte e o motivo da ameaça. Porque nós já sabemos o motivo que V.Exa. está sendo ameaçado, como eu e como outros também. Mas é importante destacar para esta CPI. Em terceiro lugar, esta questão da... Ela não aparece apenas agora no atual Governo. Essa situação da Paraíba parece que vem de muitos, muitos... E uma informação é de que tanto a morosidade ou mesmo uma certa conivência, elas... As autoridades parecem que zombam quando se fala de crime organizado na Paraíba ou de grupo de extermínio. E parece que não é de agora. Isso parece que vem de muito tempo, onde há acusações de membros do Ministério Público que estavam envolvidos, de membros inclusive do Judiciário, que também dariam proteção e que seja um braço forte de proteção, de pessoas que... como o Sérgio Azevedo afirma que nada vai acontecer com ele porque ele tem costas largas. Se V.Exa. tem mais alguma informação sobre isso aqui. E esses grupos, via de regra, eles comandados por policiais. Isso já está mais do que claro, mas quem seriam os mandantes maiores? Ou seja, quem seriam os beneficiários dessas ações? V.Exa. tem condições de a partir do que investigou, do que apurou, de também trazer elementos sobre isso aqui? O policial Cabo César, que era um dos acusados, e faleceu, ele chegou e disse que 80% dos policiais paraibanos usam armas clandestinas. V.Exa. traz hoje uma informação, e a imprensa publicou no final de semana, acerca do tráfico de armas, armas que são fornecidas inclusive para as milícias privadas, para grupos de extermínio, para gangues que atuam também nas cidades. Essa realidade da venda de armas e drogas... Parece que não é só uma, porque V.Exa. fala da Fazenda São José, onde há acusação de que naquela fazenda há uma verdadeira indústria, ou seja, onde drogas e armas seriam vendidas. E eu pergunto, no caso do Almir Muniz da Silva, o delegado que estava à frente parece que é o mesmo que hoje foi designado para investigar o caso do Flávio Manoel da Silva, se é verdade isso aqui e o que é que esse delegado fez em relação à investigação do Almir. Parece que é o mesmo



delegado que investigou o inquérito dos outros agricultores que estão presos, as denúncias que foram feitas da ação desse delegado. Eu pergunto: na grande maioria, os delegados que são nomeados como delegados especiais, parece que no final não dá em nada. Ou seja, tem pouquíssimos delegados que, de certo modo, investigam e, quando investigam, o trabalho dele é um trabalho que vai sendo, ou seja, monitorado. Até informações que ele está investigando são repassadas no sentido de atrapalhar a sua investigação, como ocorreu com o delegado que está apurando. E as informações que V.Exa. passou um araque de polícia publicou, não no sentido de mostrar, mas de informar para aqueles que estavam denunciados que eles ou saíssem da área ou então dessem fim àqueles que estavam denunciando. Ainda, Deputado Frei Anastácio, a informação que eu tenho é que o trator com que Almir Muniz da Silva saiu da sua casa esse trator foi encontrado na região onde esse grupo de extermínio é mais atuante, foi encontrado na divisa Pernambuco—Paraíba, no Município de Itambé, que faz divisa com Pernambuco — Paraíba e Pernambuco. Eu pergunto se essa informação corresponde mesmo. Esse trator foi encontrado lá? E qual foi a posição do delegado quando V.Exa. disse que lá... Qual foi a posição do delegado? Além do mais eu queria ainda perguntar. V.Exa. está ameaçado de morte. Na última semana, eu tive a oportunidade de ler uma matéria que um delegado da Polícia Federal, Dr. Gustavo Gominho... A informação era de que eu e V.Exa. éramos acusados de ter exposto, numa atividade pública, numa praça, o Flávio Manoel da Silva, como querendo responsabilizar-nos por Flávio ter sido colocado por nós como sendo modelos de denúncia contra o crime organizado, principalmente as milícias privadas. Pelo que eu sei, V.Exa. não conhecia o Flávio, nunca tinha tido contato, e eu tive contato com ele apenas no dia em que a relatora da ONU foi lá para ouvir. Se essa informação... Se V.Exa. tem alguma coisa a dizer sobre essa informação que o delegado expôs, ou se ele desmentiu. Como é que isso continuava? Pelo que V.Exa. coloca, também na cidade a ação é comandada por policiais. Na questão lá do Mercado Central, são policiais que estavam à frente. Na CPI da violência do campo, V.Exa. teve oportunidade de ouvir de delegados inclusive que as armas da delegacia eram usadas para atividade, que eles contratados por proprietários rurais. Eu queria que V.Exa. discorresse melhor sobre essa questão da CPI da Violência no Campo e os vários políticos, chamando a



atenção principalmente de um sargento lá chamado Jaime, que é uma figura que, de um lado, do outro lado, serve o Sr. Azevedo, as ações que eles têm realizado, ou seja, as arbitrariedades que eles têm cometido, tanto o Sérgio como o Sargento Jaime, que parece que é chefe de um grupo de capangas e de pistoleiros também para uma ação no campo, principalmente. Eu faria essas perguntas e depois, V.Exa. respondendo, nós teremos oportunidade de fazer outras indagações.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Deputado Luiz Couto, senhores membros desta CPI, o perfil dos policiais que agem no campo e na cidade ficou claro na CPI da Violência no Campo, e aí eu vou pegar e juntar algumas falas da mesma coisa, algumas questões aqui. A CPI teve como objeto investigatório investigar a violência praticada por policiais civis e militares contra os trabalhadores rurais. Esse era o objeto de investigação. Conseguimos, ao término da CPI, ouvindo 59 depoimentos, entre policiais, promotores públicos, juízes, trabalhadores, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o próprio Arcebispo da Paraíba, conseguimos tipificar os crimes cometidos contra os trabalhadores por policiais civis e militares e por milícias privadas. Policiais do Corpo de Bombeiros de João Pessoa disseram claramente nos seus depoimentos que eles eram contratados por fazendeiros, no caso, isso é público lá, o usineiro Eduardo Ribeiro Coutinho, dono da Usina São João, na várzea da Paraíba, para servir de segurança na sua usina. Policiais do Município de Cruz do Espírito Santo, na mesma área, disseram que usavam arma da caserna, porque as armas foram pegadas por trabalhadores, para fazer segurança. Então, o perfil é de quê? Há pessoas importantes e influentes. Na CPI, está lá, no relatório que vou entregar, claro, onde há vários depoimentos contra desembargadores, desembargadores que davam cobertura à violência do campo, juízes, delegados, proprietários. Isso está claro lá nos depoimentos. E não é um só, não; são vários, onde o desembargador é proprietário e a terra vizinha está em conflito. E aí ele dá cobertura ao seu proprietário-vizinho. Então, o perfil é ação mesmo organizada. E aí, quando você fala deste Eudes, este Eudes é um ex-policial, irmão de Sérgio Souza Azevedo, que foi expulso da Polícia por desmonte de carros, como um juiz que foi aposentado compulsoriamente, o Juiz Herval Carreira, que, com este policial e mais outros policiais, eles tinham uma fábrica, um lugar de desmonte de carro. Isso na Paraíba. Esse juiz hoje está compulsoriamente



aposentado, e o Eudes, que foi um dos que me ameaçou de morte dentro da própria central de polícia. Isso há inquérito policial sendo apurado. Deputado Luiz Couto, V.Exa. fala na questão dos anos 64, da UDR. A Paraíba tem uma história de violência desde os anos 62 e eram grupos, a Paraíba dominou a várzea, o agreste, o litoral e o vale por grupos que economicamente detinham as terras e eram os donos de usina de cana-de-açúcar, produção, antes, de açúcar, depois o álcool, nas décadas de 70 e 80, com o PROALCOOL. Então, essas usinas, muitas delas, se aperfeiçoaram para o PROALCOOL, desde o açúcar. E como era o grupo Ribeiro Coutinho, o grupo Edinaldo Veloso Borges eram os que detinham, na Paraíba, o poder econômico, político e social. Isso é do conhecimento, isso está em livros, essa história. E, em cima disso, há uma cultura de violência, de dominação política, do econômico. A partir do econômico, então, você tem o poder político na Assembléia, na Câmara. Tanto que quando, em 64, mataram João Pedro Teixeira, Agnaldo Veloso Borges, foram 4 Deputados que renunciaram para dar a vez a ele para assumir como Deputado uma cadeira na Assembléia Legislativa para não ser processado. Isso hoje é história, são livros escritos. Então, essa história é muito... A formação da UDR, os 23 trabalhadores assassinados na luta pela terra na Paraíba foi isso, foram nos 22 anos, e você não tem um mandante na cadeia. Nós temos um executor, um que matou, mas o mandantes... se sabe. São 64 ameaçados de morte entre Parlamentares, no caso, nós, padres, agentes de pastorais e trabalhadores. E todas ameaças tiveram queixas registradas na polícia. E há conivência de parte do Judiciário, há conivência de parte do Ministério Público e há conivência da política, de políticos lá dentro. Hoje eu sinto, dentro da própria Assembléia Legislativa da Paraíba, que passa uma outra concepção de todas essas questões. Começo a perceber que a própria população, os grupos organizados denunciam. Então, vejo como uma coisa positiva e vejo como uma coisa positiva a própria situação hoje. V.Exa., quando presidiu a CPI da Prostituição Infantil, uma CPI do Narcotráfico, então, quanta pressão não se recebeu lá dentro? Entendeu? Quando eu presidi a CPI da Violência no Campo, essa CPI terminamos em 2002, aliás, 2001, e era tido dentro da Assembléia Legislativa como um palanque político, queríamos fazer palanque político. Entendeu? Mas hoje já começa se... Quanto aos policiais, a Paraíba hoje, a violência está instalada no Sertão, na região de Catolé do Rocha. Quinze dias



atrás a Polícia Federal fez uma batida, como se diz, e assassinou 5 assassinos, traficantes, assaltantes e exterminadores lá, na região de Catolé do Rocha. Essa região, os bandidos vêm do Ceará e do Rio Grande do Norte, onde há uma ação mais ostensiva contra a bandidagem e vêm para a região do sertão da Paraíba. E na região do Vale do Mamanguape foi o que já coloquei aqui, é uma região onde há roubo de carga, tráfico de droga e assalto em postos de gasolina, assalto a supermercados. É tanto que, de uma denúncia também que fizemos no mês de julho, está aqui, foram 2 delegados, o delegado de Marcação e o delegado de Rio Tinto, eles foram exonerados por participação no crime organizado dessa região. Então, os mandantes... O caso de Almir. Esse caso de Almir é uma coisa que é impressionante. Era um trabalhador que era uma liderança, morava numa fazenda onde nasceu e se criou, Fazenda Tanques, e era uma liderança lá, ele desapareceu no dia 29 de junho do ano passado. Ele foi a Itabaiana, rebocando, com o trator da comunidade, o carro de um cunhado. Ao voltar, ele desapareceu em um canavial. No mesmo dia telefonaram, chamei a Secretaria de Segurança, era dia, para o Nordeste, de São Pedro, 29 de junho, então, era como um feriadão, domingo. Dia seguinte, a polícia entrou em ação. Cinco dias depois o trator foi encontrado, o delegado Manuel Magalhães, que foi designado para presidir o inquérito, comunicou que o trator estava em Itambé, essa região onde há o crime organizado, Pernambuco. Estive em Itambé e, chegando lá, Magalhães fazia todas as dificuldades, dizendo que o lugar onde o trator estava era um lugar de difícil acesso e, sendo de difícil acesso, não dava para tirar o trator sem que tivesse um guindaste, um guincho. Questionei para que a Secretaria de Segurança Pública fosse acionada para vir esse guincho, ele fez todas as dificuldades, eu fui à área e, com os próprios trabalhadores, na presença dele, porque quando ele viu que eu ia, na presença dele nós tiramos o trator sem nenhuma dificuldade, o trator todo sujo de lama. Só estava a bateria descarregada, pegamos a bateria de outro carro, os trabalhadores colocaram e se tirou o trator. O delegado era Manuel Magalhães, que hoje preside o inquérito de Almir, foi designado para presidir o inquérito de Flávio agora, e é designado para ené inquéritos, como também o da Fazenda São José, onde foram apreendidas as armas. Ele mesmo, a polícia, aliás, os proprietários, com os capangas, entraram em confronto com ele, o ano passado, e ele teve que prender os proprietários, armas, tudo. Então, é sempre a



mesma pessoa, entendeu? E agora ele está também acompanhando esse caso de Almir. Quanto ao delegado da Polícia Federal...

**(Não identificado)** - Os 8 agricultores também...

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Sim. E aí tem 8 agricultores presos, com inquéritos forjados, feitos por ele na base de tortura. Ele continua, e, como V.Exa. esteve, estive, no último dia 8, com a Polícia Federal, com o delegado Gustavo Domingues, e eu disse a ele que não confiava no delegado Magalhães. E aí ele levou um tempo grande para pedir desculpa que a imprensa tinha dito que V.Exa. havia exposto o Flávio em praça pública, dizendo que o Flávio era um homem corajoso, porque tinha dado depoimento a uma representante da ONU. Então, ele pedia desculpa, que isso não aconteceu, que era uma questão da imprensa, essa coisa toda.

**(Não identificado)** - Mas não desmentiu na imprensa.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Mas não desmentiu na imprensa. Então, é difícil hoje... Eu quero dizer, estou dizendo isso aqui e digo lá na imprensa, digo no plenário da Assembléia: é difícil acreditar hoje nas autoridades policiais que presidem esses inquéritos. Acho que aqui de Brasília tem que, é onde eu digo que esta CPI poderia acionar isso, fazer gestões para que fosse formada uma força-tarefa para acompanhar esses crimes na Paraíba. Se não sair daqui, eu não acredito que possa sair de lá de João Pessoa, do Governo do Estado, dos delegados que aí estão e da própria Polícia Federal de lá. Isso é o que eu sinto no momento. E a ação da cidade está bem articulada com a do campo. Os mesmos policiais que agem na cidade agem no campo e vice-versa. Mas eu espero que tenha respondido, ao menos em parte, às indagações do Deputado Luiz Couto.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Frei Anastácio, pelo seu relato, por todos os fatos que acontecem e ocorreram na Paraíba e pelo que nós temos acompanhado também em outros Estados, o fato bem concreto que chegamos à conclusão é a questão do Judiciário, o Judiciário, nesses crimes que são cometidos em que, realmente, os culpados acabam sempre em liberdade, nunca condenados, os processos não andam. E aí vem a impunidade e vem



o encorajamento desses grupos. Então, na opinião do senhor, o senhor acha que uma força-tarefa de Brasília... Mas, se não houver uma ação do Judiciário nesses processos, acho que as coisas não vão caminhar. O que o senhor pode falar a respeito disso, a sua opinião?

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Eu não digo só o Judiciário. Digo também inquéritos malfeitos, mal elaborados. Isso acontece muito. Delegados que, não sei se de propósito ou não, não trabalham bem os inquéritos. E o Judiciário, que, de fato, eu me surpreendi no dia 8, quando o Dr. Gustavo Gominho dizia... Aliás, o Secretário de Segurança, na última quinta-feira, dizia que, daqueles 4 que foram presos no dia 9 no Mercado Central, o Carioca, que era um que foi pego com os cheques roubados, o delegado tinha deixado brechas para que ele já estivesse solto, mais de 4 dias depois, 5 dias depois, que era em quem recaía a maior culpa. Então, isso eu acho. Agora, eu acho o seguinte, a força-tarefa tem um papel, na minha compreensão, importante, indo daqui, porque aciona Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público, Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, para a apuração dessas questões. Há uma outra relação da que acontece hoje com o delegado. Porque o problema é o seguinte. Quem preside esses inquéritos, no caso dos relatos que fiz aqui, é a Polícia Civil. E é bem na Polícia Civil onde existem, de fato, muitos bandidos. Aí há a questão do cooperativismo. Isso nós conhecemos lá. Temos delegados sérios. Esse delegado que preside esse inquérito que eu fiz a denúncia, esse delegado é um delegado sério. Mas vai um araque de polícia, vai um escrivão, solicita o inquérito dizendo que o Superintendente manda pedir, ele entrega e, daí, ele retira o que ele... e leva para a mídia, complicando. Houve a complicação do próprio, ao próprio Delegado, o escrivão está afastado, abriu, o Secretário de Segurança Pública abriu um inquérito para apurar ele ter feito esse serviço e o cara deu no pé. Quer dizer, eu tenho... Como eu vejo lá, e isso nós temos dito ao próprio Governador, tenho dito na Assembléia Legislativa. Sem que haja uma força-tarefa, eu não acredito que... porque a... Agora, não dá para a Polícia Federal só acompanhar, eu vejo, porque precisa também da participação da Polícia Civil, da Polícia Militar, mas a Polícia Federal tem de entrar e entrar com ordem daqui. Como estão apurando lá o caso de Pedras de Fogo, que está na base do voluntarismo, não tem sido uma ordem, não é uma ordem expressa daqui, não há. Houve a ordem a nível



de mídia de que o Ministério da Justiça ia mandar designar a Polícia Federal para apurar, mas não oficializou isso. É tanto que eu estou disposto agora..., todas as denúncias que tiver eu não levo nem para a Polícia Federal nem para a Polícia Civil, mas entrego diretamente ao Governador, para depois... Porque não dá, nobre Deputado, não dá para recuar na situação em que nós vivemos na Paraíba, não dá. E não é uma questão de brincar, de querer dizer, fazer mídia ou fazer denúncia, não. Os fatos estão aí. E quero dizer, para mim foi tão claro que a Secretaria sabia de tudo. No dia 8, quando eu fiz a denúncia na Polícia Federal, no dia 9, o Secretário de Segurança prende seis, quatro dos que dei o nome. Presto, quinta-feira, vou levar um relatório sobre caça-níqueis; sexta-feira, o Secretário prende 16 e recolhe 19 caça-níqueis. Quer dizer, não saber, não saber que, no Mercado Central, as denúncias, é o seguinte. Os donos de caça, os que têm os caça-níqueis, eles, durante a noite, levantam, durante o dia, colocam tábua, compensado, durante a noite, levantam as paredes de alvenaria, no dia seguinte, tiram as tábuas e, lá dentro, colocam os caça-níqueis e o pessoal entra para (*ininteligível*). Barracas onde a venda de droga se dá com a maior tranqüilidade. Os barraqueiros, todo mundo conhece e sabe, mas não tem coragem de denunciar. Agora, estão tendo a coragem de fazer as denúncias sigilosamente, e nós temos os nomes de todos, endereço, tempo que trabalham lá no mercado. Então, as autoridades não sabiam disso? A Polícia Civil não sabia disso? A administração do Mercado Central não sabia disso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Mauro Lopes.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Sr. Presidente, senhor depoente, Deputado Frei Anastácio, ouvi a declaração de V.Exa., e fui Secretário de Estado de Segurança Pública e estou estarecido com o que estou ouvindo aqui, porque a autoridade de Segurança Pública maior do Estado é o Governador, e ele delega competência às Polícias Civil e Militar. E a Polícia Civil do Estado é a Polícia Judiciária do Estado, tem competência constitucional. E, na organização dela, existe um Conselho superior de polícia, existe uma Corregedoria que é escolhida pelo Secretário que leva o nome ao Governador do Estado, que são Delegados de conduta ilibadíssima, e tem de ser porque não pode participar desta Corregedoria delegado com qualquer mácula.



Estou estarecido e ouvindo aqui porque essa Corregedoria está inerte quando se diz se faz o inquérito, retira peças e depoimentos importantes desse inquérito, altera o inquérito. Então, minha sugestão, no ponto em que está esta CPI instalada aqui, seria o caso de uma Comissão daqui se dirigir até o Estado da Paraíba, primeiramente, fazer uma visita ao Governador do Estado, porque ele não pode ter ferida a sua autonomia no Estado, ela tem que ser respeitada. Mas é muito grave. Porque, temos...Começa primeiro com a formação dessa Secretaria na composição dos nomes que ali estão escolhidos pelo Governador. Tem o Secretário de Estado de Segurança Pública. Dali, depois, vem a composição dos demais membros de direção desse órgão tão importante que é a Polícia Judiciária do Estado em que se fazem os inquéritos, dos quais o Ministério Público participa. Quando há dúvidas, ele retorna o inquérito à origem para colher mais depoimentos até que fiquem satisfeitos o Ministério Público e o Poder Judiciário para, depois, aí dar continuidade a esse processo para que seja feito o julgamento pelo Poder Judiciário. Então, estou vendo que está uma desorganização total no Estado da Paraíba. Eu acho que esta CPI deveria tomar conhecimento, com mais minúcias, do que está se passando naquele Estado, porque isso aí poderá se alastrar também, ou sofrer até influências desse crime organizado, em outros Estados do Nordeste, ramificando na região, e a situação se tornar incontrolável. Muito obrigado.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Deputado Mauro Lopes, eu quero parabenizá-lo pela sugestão. Eu acho que não podemos, vamos dizer, fazer oposição, ou fazer as coisas com leviandade. Acho que temos que tratar... São questões sérias. E aí quero lhe dizer o seguinte: eu, ao concluir a CPI, entrei com um projeto de lei para a criação de Ouvidoria nas Polícias Militar e Civil da Paraíba — já não é a Corregedoria — para que essa Ouvidoria pudesse acompanhar todas essas denúncias que são feitas contra policiais civis e militares. Esse meu projeto foi tido por inconstitucional — eu entrei com recurso; deveria ir até a plenário esses dias, insistindo, e aí estou insistindo, e vou insistir. Se a Assembléia Legislativa não tiver competência para a criação dessa Ouvidoria, acho que o Governo do Estado nos deve enviar um projeto de lei para que seja criada essa Ouvidoria. É necessário. E V.Exa. coloca aqui a Corregedoria; e eu sei que esse delegado Magalhães é um dos membros dessa Corregedoria Então, quero parabenizá-lo. Acredito que é importante. É importante, porque hoje, na Paraíba, esse



trabalho que estamos fazendo, a própria Assembléia Legislativa, isso eu já disse aqui no início, está tomando consciência de que a questão é mais grave do que se pode imaginar. E aí aqueles Deputados que são membros da base de sustentação do Governo do Estado, são pessoas sérias do sertão, onde a violência também é tremenda, estão... Tive conversa esses dias com Deputados, cujos nomes não vou revelar aqui, que dizem que a Assembléia Legislativa já agendou reunião para quinta-feira com os 36 Deputados, para discutir. Porque o que acontece é o seguinte: se o Poder Legislativo não for para o confronto, no bom sentido, com o crime organizado, então, a bandidagem, vamos ficar desmoralizados. Então, passa por essa Assembléia Legislativa, para não pensar assim que é o Deputado Frei Anastácio que está defendendo. Já há dentro da Assembléia uma consciência de boa parte dos Deputados nesse sentido. E, por que não dizer, dos 36 Deputados que lá nós temos. Então, espero que esta CPI, as CPIs que se estão fazendo, possam ajudar a gente, cada vez mais, a mudar esse quadro. Agora, temos consciência também de que essa é uma questão nacional.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Pela ordem. É o seguinte: o projeto de V.Exa. tem cabimento, é lógico, tem que ser aceito. Eu tenho a impressão de que sim. Porque, nós temos, lá em Minas Gerais, a Ouvidoria de Polícia. Há o Ouvidor de Polícia, inclusive com assessoria; na assessoria dele, do Ouvidor, há um oficial superior da Polícia Militar, um oficial superior da Polícia Civil para assuntos de cada polícia, e é subordinada, diretamente, ao Governador do Estado, entendeu? Isso já existe em Minas Gerais. E é importante. Eu tenho a impressão de que temos que trabalhar com muita seriedade nesta CPI, no momento em que estamos aqui para aprovar o Estatuto do Desarmamento. Porque eu acho um absurdo, vamos supor aqui, considerando o Estado da Paraíba, quando se fala em desarmamento e crime inafiançável. Já pensou o cidadão de bem... Vai desarmar todo o cidadão de bem, porque vai entregar suas armas, porque ele não quer estar envolvido com prisão inafiançável e inquirido. Ele fica desarmado e o bandido armado, entendeu? A insegurança do cidadão de bem vai ser muito grande. Então, acho que essa situação da Paraíba é muito séria, é urgente. E renovo aqui a minha sugestão para que, uma vez que foi instalada a CPI, deveríamos ir *in loco*, uma comissão, indicada pelo Presidente da Comissão e autorizada pelo



Presidente da Casa, com imparcialidade até, seria o caso de uma comissão de partidos diversos, visitar o Estado, o Governador do Estado e tomar uma medida mais enérgica. Porque esse problema da infiltração da Polícia Federal em assuntos do Estado, ela é incompetente para isso. Está ferindo a autonomia do Estado. Esse caso lá da Paraíba é única e exclusivamente responsabilidade do Governador do Estado na área de segurança pública. Mas, como a CPI está instalada, ela tem poder de polícia; tem inclusive condições de ir até lá ao Governador e participar; e ouvir, com mais clareza; tomar conhecimento *in loco* do que está se conhecendo. E seria o caso de até um componente desta Comissão ter conhecimento da área de segurança pública, conhecer inquéritos, como se faz um inquérito, para trazer um espelho real e subsídios para esta Comissão, para que possamos trabalhar com mais legitimidade, com firmeza e com clareza nessa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Com a palavra o Deputado Geraldo Thadeu.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Sr. Presidente, Deputado Frei Anastácio. Quando eu disse, no questionamento anterior, a respeito do Judiciário, pelo relato que o senhor apresentou aqui hoje, o senhor coloca as Polícias Civil e Militar, Desembargadores que estão envolvidos. Então, na realidade, é o que temos sentido nisso. E até colocando aqui já temos um requerimento na próxima reunião, amanhã, que será apresentado, convidando o Sr. Procurador de Justiça e o Sr. Ministro do Tribunal Federal, Maurício Corrêa, para que venham aqui conversar a respeito de toda essa situação. Agora, quando o Deputado Mauro Lopes coloca a força-tarefa, a ida de uma comissão lá, na última reunião, já tivemos aprovado requerimento de realização de audiência pública na Paraíba. Deverá ser realizada uma audiência pública na Paraíba; já está aprovado aqui um requerimento nesse sentido. Então, acredito que, embora a situação da Paraíba seja grave, já vem de 20 anos, é uma situação que, infelizmente, o senhor e todos os que têm trabalhado, e o próprio Deputado Luiz Couto, nessa questão da criminalidade, com o crime organizado, com Grupos de Extermínio e Tortura na Paraíba, não só podem, com esta CPI, que está sendo realizada, e com esta CPI do grupo de extermínio do Nordeste, eu acho que não só os esclarecimentos, como também a experiência que os senhores adquiriram, no decorrer do tempo, com outras



peçoas, ou autoridades também na Paraíba, contribuir muito com o andamento da CPI no Grupo de Extermínio do Nordeste, como também com o combate ao crime organizado, aos Grupos de Extermínio e Tortura do nosso País. Então, acho que a Paraíba pode dar uma grande contribuição para que possam ser tomadas medidas importantes nesse sentido. Agora, é uma rede complexa. E o Deputado Mauro Lopes, quando coloca a Polícia Federal... Mas eu acho que ela é imprescindível também na participação, dentro não de uma intervenção na Paraíba, não é isso.

**O SR. DEPUTADO MAURO LOPES** - Pela ordem, Sr. Deputado. Porque fere a soberania do Estado, entendeu? Porque se houvesse envolvimento de crime federal, ou outras ações de narcotráfico, de contrabando, e outras coisas... Mas nesse caso aí que estou vendo que ele está-se referindo mais ao problema do grupo de extermínio, no Estado, e que são fazendeiros, fazendas que distribuem armas... Isso tudo é da soberania e competência do Estado. Ela pode contribuir, mas até, a não ser, se numa visita nossa — quando falo a nossa Comissão, talvez eu nem vá lá —, esta Comissão for visitar o Governador, primeiro; e o Governador, ele, então, poderá sim pedir um auxílio da Polícia Federal, que passa a integrar. No caso, a soberania do Estado tem que ser preservada.

**O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU** - Concluindo, Sr. Presidente. Aqui, no entorno de Brasília, foi constituída uma força-tarefa de várias representações: da Secretaria de Direitos Humanos, da Comissão de Direitos Humanos, da Procuradoria Geral, do Tribunal de Justiça, da Polícia Federal, da Receita Federal. Eu acredito que aí, através depois dessa audiência pública, é que poderia ser tomada uma decisão. Da Constituição, não, uma força-tarefa, é claro, com todos esses elementos para na Paraíba atuar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Tem a palavra o Deputado Luiz Couto.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Sr. Presidente, para que possa fazer alguns indagações e solicitações. Depois, o Deputado Frei Anastácio poderá responder, em bloco, e também fazer as suas considerações, se não houver algum outro Parlamentar que queira fazer indagação. Lembrar que o seu Manuel Magalhães Neto era Corregedor da Polícia Civil, no Governo anterior. Ou seja, essa é uma lembrança que a



gente faz. Há um delegado que é também designado delegado especial para apurar, é o Antônio Álvares. Parece que ele também esteve nas primeiras diligências, lá na Fazenda Mendonça, com os agricultores — parece que é o delegado designado agora para apurar essa questão da denúncia que V.Exa fez; não tenho a história muito. Mas eu queria perguntar, Deputado Frei Anastácio, primeiro, o seguinte: V.Exa. falou do Reginaldo Firmino, um líder comunitário, que foi assassinado, num domingo à tarde, disse a liderança que tinha denunciado a prática de tortura de policiais. E que, pelas informações, ele iria prestar, ia ser testemunha na Justiça na segunda-feira, e quando foi no domingo ele foi assassinado por duas pessoas que se apresentaram como policiais. Se V.Exa. confirma, uma vez que a imprensa diz que V.Exa. afirmava que ele teria dito, numa rádio local, que iria testemunhar e que esses policiais poderiam inclusive ser os autores desse bárbaro assassinato. Mas quando da entrega do relatório de denúncia de tráfico de drogas e armas no Mercado Central, V.Exa. cita o nome, quer dizer, entrega lá o nome de 6 policiais civis e rodoviários envolvidos nesse crime. Uma informação que a imprensa coloca e eu queria saber se V.Exa. colocou isso mesmo e entre esse haveria, segundo o Deputado acusados com o livre acesso à Secretaria de Segurança Pública. V.Exa. confirma isso? Que têm policiais acusados com o livre acesso à Segurança Pública? Como V.Exa. colocou depois num relatório sigiloso, V.Exa. poderia depois passar aqui para dizer que policiais ou que policial é esse que tem livre acesso. Eu já sabia de antemão que Fernandinho Beira-mar, quando esteve na Paraíba, tinha livre acesso à Secretaria de Segurança Pública, agora estou vendo que outros também têm livre acesso à Secretaria. Mas também na reportagem diz que V.Exa. tem sido procurado por diversas pessoas. Algumas que trazem informações, que querem trazer novas denúncias, mas tem uma aqui que eu gostaria de saber se V.Exa. disse isso ou não. Que dizem assim: *“Agora estão chovendo denúncias”*. Aí diz: *“Os próprios criminosos estão entregando um ao outro”*. Se isso é real ou não? Se tem gente que para se limpar um pouco estaria se entregando ou entregando ao outro? Esse relatório de 8 páginas era um relatório sigiloso, que V.Exa. entregou ao secretário, mas que parece que no outro dia, esse relatório, as informações que ali estavam, que eram sigilosas, foram publicadas pela imprensa, através talvez de um “araque” de Polícia. Na Paraíba funciona muito “araque” de polícia, que joga dos dois lados, joga



para lá e joga para cá, pega informação da Polícia e pega informação dos bandidos. E aí nem sempre as informações correspondem à realidade, porque ele passa o que ele considera importante para manter tanto o apoio da Polícia como o apoio dos bandidos. E se V.Exa. procurou saber, se cobrou do delegado e do Secretário de Segurança Pública o porquê dessa, e se foi instaurado procedimento para investigar o porquê desse vazamento dessas informações. No depoimento, na lista que depois V.Exa. fala, na quarta-feira, que foram presos esses policiais. Aqui, na relação, aparece um policial conhecido como Sargento Wilson, que na CPI do Narcotráfico está lá a denúncia, esse homem já foi preso, mas continua na corporação e é acusado de ser um dos fornecedores de droga em alguns mercados de João Pessoa. Não apenas o Mercado Central, mas no Mercado Modelo que fica perto da Rodoviária. E agora vejo que o nome dele está aqui e ele não está preso, porque parece que esse homem, não sei por que, quando tem denúncias... Está preso? Foi preso? Então, ainda bem que foi preso, espero que não aconteça como da outra, que ele retornou à corporação e continua exercendo a mesma função ilegal de traficante de drogas. Eu queria pedir a V.Exa. o seguinte: primeiro, se V.Exa. podia, é claro que a audiência foi feita na Comissão dos Direitos Humanos, mas nós vamos pedir a cópia da audiência dos trabalhadores rurais, que, numa audiência na Comissão dos Direitos Humanos, eles denunciaram a prática de tortura e que aquele inquérito foi forjado. Acho importante que esse documento possa vir aqui. Mas é importante, não sei se V.Exa. tem ou se a assessoria tem cópia do inquérito do assassinato de Almir Muniz da Silva. Eu acho interessante isso aqui. E também se V.Exa. tem, é importante, daquelas pessoas que estão ameaçadas de morte, se tem cópia das ocorrências, se poderia também encaminhar cópia dos boletins de ocorrência. Está aí já? Tem? Então V.Exa. já tem. Eu fico contente, Sr. Presidente, e agradeço a presença do Deputado Frei Anastácio e dizer que nós vamos contar ainda com a sua ajuda, no sentido de que possa nos ajudar a apurar com todo o rigor, com toda profundidade, em toda a sua extensão a ação das milícias privadas e do grupo de extermínio na Paraíba. Ou nós enfrentamos essa realidade hoje, ou nós não teremos outra oportunidade para assim fazer.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Quanto à força tarefa. eu queria dizer para o Deputado Geraldo Thadeu e Deputado Mauro Lopes para mim não é uma questão de



só de competência, é de decisão política. E isso eu senti essa posição de V.Exa. quando esteve lá o Secretário Nilmário Miranda, quando o Governo assinou um protocolo para o combate ao crime do Governo Federal. Essa ação e havia todo esse discurso do Secretário Nilmário Miranda, que é de competência do Estado, da Polícia Civil, Polícia Militar, a Polícia Civil, do Poder Judiciário — essa coisa toda — mas isso não impediu de nós, com o Governador, insistir, porque aí para mim é uma questão de haver uma sintonia entre o Governo do Estado e o Governo Federal para essa problemática, porque aí vai acarretar recursos, entendeu?, pessoas qualificadas. Então, é uma força-tarefa, não é simplesmente mandar o delegado, e principalmente eu quero, dizer de público, para os senhores: a questão da Polícia Federal, hoje, a questão financeira na Paraíba está um caos, e o caos é nacional. Precisamos ver com nosso Governo. Ainda ontem falava com o Ministro, e não dá para continuar como está, para combater o crime organizado não dá para o Polícia Federal na situação que aí está. Mas é uma questão também do Congresso Nacional. Deputado Luiz Couto, o Reginaldo na quarta-feira antes do seu assassinato, que foi quarta-feira, amanhã vai fazer 15 dias, ele denunciou numa rádio, no programa de Cardivani de Oliveira que ia depor, na segunda-feira, em inquérito policial, onde ele tinha presenciado duas pessoas no seu bairro serem torturadas pela policial e que estava sendo ameaçado de morte. Ele deu esse depoimento na rádio na quarta-feira, no domingo, no final da tarde, ele foi assassinado por dois homens numa moto, encapuzados, de capacete, a mesma coisa que aconteceu em Pedra de Fogo e em outros crimes. Foi claro isso. Quanto ao Mercado Central, o livre acesso, para mim, é uma coisa que V.Exa. coloca eu nem sabia que o Sargento Wilson tinha prestado depoimento... Foi denunciado, mas não prestou depoimento, na CPI do Narcotráfico. Lá ele comanda a venda de droga lá no Mercado Central, e foi um dos que foi preso. Estava preso até à última sexta-feira, estava preso. Foi um dos que nós citamos. Depois, o relatório sigiloso que vazou, na quinta-feira passada, em audiência com o Secretário de Segurança, nós tivemos um diálogo bastante duro, porque não dá para você entregar a um Secretário de Estado um relatório para que ele apure. Porque eu posso dizer, Deputado Mauro Lopes, isso assim, assim, ouvi dizer, mas não posso dizer que é verdade. Tem que apurar a verdade. Temos de apurar. E aí isso para programa de rádio, programa de televisão,



jogar os nomes das pessoas, aí é muita irresponsabilidade. Isso aconteceu no relatório sigiloso. É tanto que Deputados da base do Governo estão pedindo a cabeça do Secretário. Esse foi o discurso da semana passada, entendeu? Estão pedindo a exoneração do Secretário, porque não dá para continuar. Então, essas coisas temos discutido, e tenho tido o maior cuidado de dialogar com as autoridades policiais, com o comandante da Polícia, Coronel Lima Irmão. Agora, a questão é muito mais séria do que se pode imaginar. Volto a dizer o que já disse, para mim está muito claro que se está tomando consciência dessa realidade. O momento é um momento de muita esperança. Acho que tanto a nível dos Estados como a nível nacional. O combate ao crime organizado e o latifúndio improdutivo, o crime organizado, o roubo de carga, lavagem de dinheiro estão interligados neste País e na Paraíba, entendeu? E nós precisamos ir para o enfrentamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Deputado Frei Anastácio, após ouvir a exposição de V.Exa., esta Presidência fica mais preocupada, por entender que na Paraíba o crime organizado está uma coisa assustadora. E nos deixa mais preocupados ainda, Deputado, quando V.Exa. diz que em alguns casos o Estado é omissivo. É uma preocupação muito grande. Para que esta CPI possa requisitar uma força-tarefa, é óbvio que o Relator, Deputado Luiz Couto, com muita competência, irá fazer o relatório inicial e após esse relatório inicial a Comissão poderá requisitar ou solicitar uma força-tarefa no Estado da Paraíba. É muito preocupante essa situação no Estado da Paraíba. Conforme a sugestão do Deputado Mauro Lopes, não sei se no momento — é uma questão para se avaliar junto com os profissionais desta CPI, com o Relator — se é viável no momento uma reunião, uma audiência preliminar com o Governador do Estado, já que o Estado em parte está omissivo em apurar esses crimes lá no Estado da Paraíba. Mas essa Presidência parabeniza V.Exa. pelo trabalho que vem fazendo. É uma missão difícil, perigosa, mas somos homens públicos pagos pela sociedade para defendê-la. Acho que temos a obrigação de procurar apurar os crimes organizados que eu achava, sinceramente, que o nosso Estado, que é o menor Estado da Federação, o Estado de Sergipe, achava que era o pior, mas hoje já acho que estamos igual à Paraíba e tantos outros. Quero agradecer e queria também, Deputado Frei Anastácio, quando V.Exa. disse por algumas vezes no que se refere aos crimes



dos trabalhadores, eu gostaria de saber de V.Exa. se esses trabalhadores são pequenos agricultores, se são trabalhadores sem terra, assentados ou não assentados, que tipo de trabalhadores rurais estão sendo penalizados pelo crime organizado no Estado da Paraíba? Gostaria de ouvir apenas isso de V.Exa. A exposição que V.Exa. faz e as perguntas, inclusive até do Relator, Deputado Luiz Couto, que conhece também a realidade de perto, contemplam essa Presidência. Mas gostaria de ouvir de V.Exa. que tipo de trabalhadores estão sofrendo por falta de ação do Poder Público no Estado da Paraíba.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Sr. Presidente, são trabalhadores que vivem na luta pela terra. Os 23 trabalhadores assassinados foram trabalhadores que lutavam por terra, não tinham terra. A maior parte deles foram caso. A não ser caso de uns 2 ou 3, que são lideranças sindicais, no caso de Margarida e Maria Alves, mas os outros todos são trabalhadores, não são pequenos produtores, são aqueles que estão na luta pela terra. Como também aqueles 64 que estão condenados, tirando alguns padres e agentes pastorais, são também trabalhadores que lutam por terra. Se vai concluir, gostaria de dar os meus agradecimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Gostaria de ouvir do nobre Deputado Fernando Ferro se gostaria de fazer o uso da palavra.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, pedir desculpas pela impossibilidade de estar nesta audiência desde os primeiros momentos, porque hoje fui ao lançamento de uma frente pela revitalização do Rio São Francisco, da qual sou coordenador, e estava conduzindo os trabalhos numa comissão aqui na mesma hora. Às vezes, essa duplicidade de ação termina impedindo a nossa participação. Mas vim aqui, aproveitando a parte final, só registrar, porque já conheço o trabalho desenvolvido pelo Deputado Frei Anastácio no Estado da Paraíba, inclusive uma região de fronteira com Pernambuco, que lamentavelmente já faz parte do noticiário nacional e internacional pelos últimos acontecimentos. Nós estamos conscientes e preocupados, porque, se no nosso Estado de Pernambuco enfrentamos algumas dificuldades com os Poderes Públicos, me assustou, no caso da Paraíba, a completa omissão do Poder Executivo nas tentativas que fizemos em relação aos crimes da fronteira, que exigiria uma ação articulada do Governo de Pernambuco e do



Governo da Paraíba. Inclusive, o que provocou de nossa parte a presença da Polícia Federal na área foi exatamente essa falta de coordenação entre os Estados, e também a própria atuação do Ministério Público no Estado da Paraíba. Não sei se está previsto, se não estiver, vou apresentar requerimento para ouvir o Promotor Público de Pedra de Fogo. Ele tem uma série de explicações para trazer a esta Comissão, porque diferentemente do que aconteceu aqui com a presença da Promotora de Itambé, que tem se destacado pela sua ação, pelo cumprimento das suas obrigações, acho que no caso da cidade fronteira de Pedra de Fogo, na Paraíba, o Ministério Público tem muitas explicações a trazer. E me preocupa muito a ausência ou a falta de explicações, inclusive porque em alguns momentos quando provocamos informações dessas áreas, alguns afirmam que não existe problema de crime organizado na área. Essas declarações são desmontadas pela realidade da violência e pela seqüência de crimes sem apuração, de autoria desconhecida e de características assemelhadas, como verificamos naquela área. Então, eu gostaria de saber se há algum requerimento convocando a Promotora de Pedra de Fogo, porque no nosso entendimento, talvez o próprio Deputado Luiz Couto já tomou iniciativa nessa área, mas se não tiver...

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Ainda não, Deputado. Nós vamos ouvir. A proposta é de que na próxima audiência pública nós escutemos o outro promotor, 2 promotores da Paraíba, um que vinha hoje e que adoeceu e não pode vir, o Dr. Marinho, mais o Dr. Francisco Liana E depois vamos ouvir o Dr. Humberto Graça Silva, de Timbaúba, que foi que deu origem àquelas investigações, bem como o Vereador Manoel Matos, e aí nós começaríamos, porque foi solicitado, na última reunião, aqui foi aprovado o requerimento do Deputado Josias Quintal, de solicitar de todos os Secretários de Segurança Pública ou Defesa Social o quadro estatístico com os crimes com característica de grupo de extermínio, e nós queremos ouvir os Promotores, aqueles outros que dizem, a partir desses dados, porque temos outros dados que comprovam que tem, mas serão convocados com certeza.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Até porque, Deputado Luiz Couto, por uma questão acho de reconhecimento, o Promotor de Alhandra, que é do Ministério Público, tem feito um trabalho correto, que tem que ser reconhecido. Nós não podemos



generalizar a ação do Ministério Público de uma maneira global. Há setores que necessitam trazer explicações, mas nós reconhecemos.

**O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO** - Claro, e a vinda do Dr. Lianza é porque ele investigou a chamada chacina de Alhandra e tem informações sobre isso aí. Agora, nós vamos depois ouvir Promotores de Justiça de Municípios onde há uma ação de grupos de extermínio e que têm dito que não há grupo de extermínio naquela região. Então, esses vão ser ouvidos posteriormente.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Então, eu acho que nós estamos desenvolvendo seqüenciadamente um trabalho correto. Eu queria, portanto, Sr. Presidente, me desculpando pela ausência nessa fase inicial desta audiência, expressar aqui nossa satisfação e congratulações com o nosso companheiro, amigo, Deputado do Estado da Paraíba Frei Anastácio pelo trabalho que ele tem desenvolvido e pela sua seriedade e o compromisso político-social que ele tem feito as suas ações naquele Estado. Graças a trabalho desse tipo que a Comissão, a CPI, poderá, inclusive, encontrar os caminhos que ajudem na apuração desses casos. É uma obra que tem que ser feita com a colaboração das autoridades do Poder Legislativo, do Executivo e do Judiciário e da sociedade em cada Estado. Portanto, fica aqui nossa satisfação pela sua presença e nossa deferência pessoal e reconhecimento pelo trabalho que ele tem feito no Estado da Paraíba, como Parlamentar e como homem público ligado, conjugado às lutas sociais e aos direitos de cidadania naquele Estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Com a palavra o Deputado Frei Anastácio para suas considerações finais.

**O SR. FREI ANASTÁCIO** - Sr. Presidente, eu quero, de coração, agradecer a esta Comissão, na pessoa de V.Exa., como Presidente, pelo convite e dizer que estou à disposição para qualquer informação que esta Comissão achar necessária e dizer que se a Comissão for à Paraíba pode contar com o nosso apoio e com o apoio da Presidência da Assembléia Legislativa. Eu não terei dúvida de que o Deputado Rômulo Gouveia, que é o Presidente daquela Casa, dará todas as condições, como deu à CPI dos Combustíveis, para que ela possa realizar lá na Assembléia Legislativa as audiências que necessárias e eu me coloco, desde já, à disposição para qualquer coisa



que V.Exa., como a Comissão como um todo, necessitar da nossa parte. E meu muito obrigado e dizer que eu saio daqui feliz por poder ter dado minha humilde colaboração e dizer de que tenho mais de 20 anos na luta popular, nos movimentos sociais da Paraíba, e estou no segundo mandato, segundo mandato que me foi conferido pelos trabalhadores. Quero dizer que do primeiro mandato para o segundo eu tive uma votação 73% acima do meu primeiro mandato e tento desempenhar esse mandato com muita honra, muito respeito e também com muito respeito aos meus pares na Assembléia Legislativa, independente de cor partidária. Acho que temos um papel de ajudar a Paraíba, ajudar este País a ser diferente. E eu que já passei por muitas lutas e altos e baixos, quero dizer que tenho muita esperança no momento. Quando eu acompanho aqui, através da *TV Câmara*, da *TV Senado*, a atuação da Câmara Federal, independente de partido, quero dizer que é uma escola para mim, como um Deputado lá de uma cidadezinha pequena a atuação nas Comissões, a atuação no plenário, eu fico muito feliz e tenho muita esperança de que a classe política brasileira ela hoje vive um outro momento e um momento de ir para o enfrentamento, no bom sentido, no combate ao crime, no combate a tudo aquilo que parece que quer diminuir os Poderes, seja Executivo, Judiciário e Legislativo. Muito obrigado aos senhores e eu me coloco à disposição desta CPI

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Bosco Costa) - Esta Presidência agradece a V.Exa., Deputado Frei Anastácio, pela contribuição que V.Exa. traz para esta Comissão, e é em virtude de a gente ter na Paraíba homens como V.Exa., como o Deputado Luiz Couto, que tenho certeza que, juntos, iremos trabalhar para solucionar os problemas do crime organizado no Estado da Paraíba. E quando V.Exa. fala num assunto aí, Deputado, me deixa mais preocupado ainda. A minha região, a região agreste de Sergipe, é uma região que eu posso dizer que a economia do meu Município, da minha região, 70% está no transporte de carga, e a cada mês, a cada 2 meses desaparecem motoristas com caminhões, com carga, e ninguém tem a solução para isso. Temos que nos aprofundar também nesse caso da Paraíba, para ver se a gente consegue chegar aos outros Estados para amenizar esse tipo de crime organizado no nosso País. Agradeço a V.Exa. a colaboração, e, pelo andar da Comissão, tenho certeza absoluta que o Estado que está mais avançado é o Estado da Paraíba. Tenho certeza também



**CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ**

**COM REDAÇÃO FINAL**

**Nome: CPI - Grupos de Extermínio no Nordeste**

**Número: 1732/03**

**TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS***

**Data: 21/10/03**

que a primeira reunião fora de Brasília será no Estado da Paraíba. Agradeço a V.Exa. a presença. Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, mas, antes, convoco reunião para amanhã, às 14h, no Plenário 5, para apreciação de requerimentos. Declaro encerrada a presença reunião.